



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

A Formação Política como Educação para Além do Capital: A Experiência do MST

Theo Martins Lubliner

Como citar: LUBLINER, Theo Martins. A formação política como educação para além do capital: a experiência do MST. *In:* NOVAES, Henrique Tahan (org.). **Educação para além do capital e políticas educacionais na América Latina.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p.315-348. DOI:
<https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-505-6.p315-348>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

9.

A FORMAÇÃO POLÍTICA COMO EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL: A EXPERIÊNCIA DO MST

Theo Martins Lubliner¹

Introdução

A questão da formação política compõe a organicidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Por isso, ela não se dá apenas em espaços formais (ainda que eles sejam espaços de aprofundamento fundamentais), mas em todos os espaços e momentos que se possa imaginar. Isso não significa que ela seja espontânea e automática. Ao contrário, ela é cuidadosamente pensada e planejada não só pelo seu setor específico (o Setor de Formação), mas por todos os outros. Por esse motivo, as ideias e os debates promovidos pelo MST possuem uma capilarização muito dinâmica. Cada ato, cada reunião, cada conferência, cada debate, cada ocupação, cada curso (etc.) possui preocupações formativas e pedagógicas, independente do público. Apesar disso, a formação não é considerada “cultura geral”, mas sim, um amplo instrumento de preparação para a revolução (PIZETTA, 2000 em MST, 2007, p.10).

¹Docente do Instituto Federal de Sergipe (IFS) no Campus Tobias Barreto. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutorando em Educação na Universidade Estadual Paulista (Unesp) Campus Marília, onde desenvolve pesquisa sobre a formação política e o processo de consciência de classe.

Para o MST (2007), a formação política deve contribuir para: fazer avançar a consciência crítica das massas, sobretudo da juventude; qualificar a atuação militante e o trabalho de base; fomentar o estudo permanente de sua militância e apropriação da teoria e do método marxistas; produzir novos conhecimentos, pesquisas, análises de conjuntura, teoria crítica e materiais pedagógicos; formar quadros; embasar metodologicamente a elaboração de ações estratégicas.

Por isso, o MST tem formulado e reavaliado o processo de formação de sua base e de sua militância há algumas décadas de acordo com as mudanças conjunturais. Nesse percurso, moldou-se uma compreensão própria sobre a formação de base, é claro, com algumas inspirações em experiências anteriores e que estiveram ligadas ao fato de o Movimento se reconhecer como uma organização socialista e revolucionária, para além da luta pela democratização do acesso à terra².

Apesar de ser reconhecido como uma organização que inovou e desenvolveu os métodos de ação direta, o MST desenvolveu também métodos de formação política próprios. Desde seus primórdios o Movimento levou muito a sério a ideia de Lenin de que não haveria revolução sem teoria revolucionária. Desde pelo menos a década de 1990 o seu Setor de Formação entendeu que a formação política seria condição necessária à revolução brasileira e que ele próprio deveria

²Nos termos de Adelar Pizetta, “[...] os processos de formação devem contribuir para que se possa estabelecer uma compreensão sobre a natureza do Projeto Político para o Brasil. Qual é a perspectiva para a sociedade brasileira? Sem sombra de dúvidas é o socialismo, mas, a questão é como chegar lá a partir daquilo que somos enquanto país, enquanto sociedade. É fundamental o conhecimento, o estudo da história, da formação econômica, política, cultural, religiosa do nosso povo, da nossa sociedade, como resultado de um processo histórico repleto de contradições, de lutas, mas também de possibilidades que ainda não podemos viver, pois, as elites sempre foram subservientes e entreguistas, não permitindo que o povo brasileiro fosse dono de seu destino.” (2006 em MST, 2007, p.158)

contribuir, mesmo com dificuldades, com essa teoria a partir da sua experiência e reflexões. E mais, essas contribuições deveriam ser feitas por seus diferentes militantes e não por apenas alguns poucos ou, pior, por outra pessoa ou organização em seu nome. Afinal, já nessa mesma década, o método de luta pela terra mostrava seus esgotamentos sem um avanço concomitante da reflexão teórica sobre estrutura e conjuntura e entender os meandros da formação econômica, social e política do Brasil se evidenciava como condição necessária para desvendar a essência dos problemas nacionais para além da sua aparência.

Essa contribuição do papel histórico do Movimento depende da multiplicação de militantes qualificados e do nível de consciência da classe, como descreve Adelar Pizetta (2010):

a força da mudança está no nível de consciência, no grau de organização e na disposição de luta das massas. Esses fatores e requisitos dependem em grande medida da qualificação das lideranças, militantes e dirigentes que formam, constroem a luta e a organização. A tarefa principal da formação é motivar para que os silenciados saiam de seu silêncio, que os dominados aceitem sair da dominação através da luta.

Foi a partir dessa concepção que o MST desenvolveu sua práxis com o objetivo de elevar a consciência tanto de sua base como de seus militantes a uma consciência socialista e revolucionária. Ainda nos termos de Pizetta, o MST

Deve formar um camponês que possa articular o saber popular de que é portador, com o conhecimento científico e tecnológico desenvolvido nos processos de formação mais sistematizados. Esse método pode elevar o camponês a um outro patamar social

e político, como força importante no atual estágio da luta de classes. (2006 em MST, 2007, p.169)

Isso significa que os militantes devem compreender com clareza que a luta pela terra e pela reforma agrária precisa ser também anticapitalista e anti-imperialista e, portanto, demanda a formação de sujeitos revolucionários dotados de domínio teórico do arcabouço marxista e de experiências práticas para interpretar a realidade (PIZETTA, 2007; GASPARIN, 2017). Entretanto, esse domínio teórico, para não se tornar estéril, precisaria estar combinado aos “*desejos e motivações*” das massas (MST em MARTINS, 2009, p.143), o que só se domina no cotidiano da luta, com os “pés na terra”. Além disso, para o Movimento, os métodos de formação precisam ser “*criativos, coletivos, alegres, abertos*”, “*uma práxis prazerosa, inovadora*” (PIZETTA, 2010).

A necessidade de criar uma “nova cultura”

O MST possui uma forte influência dos escritos de Antônio Gramsci em relação à contra-hegemonia. A ideia de que contra a ideologia burguesa (sobretudo das ofensivas midiáticas) é necessário construir uma hegemonia popular, foi uma lição aprendida na prática da luta cotidiana e na teoria através desse autor que propõe como meio de contraposição à dominação cultural burguesa a constituição de uma nova cultura que a supere. Se o Renascimento e o Iluminismo se constituíram como elementos de transformações políticas, culturais e filosóficas por séculos antes das revoluções burguesas, a classe trabalhadora precisa exercitar valores identificados como próprios de uma sociedade socialista.

Pode-se dizer que, nesse quesito, o MST tem sido um discípulo exemplar de Gramsci, uma vez que, ao longo de suas décadas de existência, tem buscado, com bastante criatividade, construir e testar novas formas de relações sociais através da formação política para eliminar os resquícios da ideologia burguesa que estão alojados na consciência não só de sua base, dos quadros e dos dirigentes, mas também na própria organização (PIZETTA, 2010).

O Movimento busca construir essa nova cultura não só em seus próprios territórios, mas em todos os espaços que se faz presente: pela criação de novas formas de propriedade, de produção e de relação com a terra e a natureza, através da Agroecologia; pela ressignificação da relação de subordinação do campo à cidade, típica da era industrial; pelo aperfeiçoamento e aprofundamento da democracia interna em contraposição à limitada democracia burguesa; e pela sementeira de valores como a solidariedade e cooperação ao invés de estimular a competição e o individualismo. Esses podem ser considerados elementos que compõe os embriões – em pequena escala, mas muito valiosos – de uma nova cultura para a sociedade socialista que se pretende construir.

Essas experiências, que só poderão se multiplicar durante um processo de mudanças radicais e profundas, só podem existir e se fortalecerem fora de um contexto revolucionário através de processos formativos permanentes que promovam avanços da consciência de classe. Caso contrário, tendem a reproduzir o senso comum e a putrefar.

E nessa batalha permanente entre a ideologia e uma nova cultura, o Movimento busca *“influir (mudar) no comportamento dos indivíduos de nossas bases a fim de que se transformem em militantes e quadros do MST e da luta geral dos trabalhadores”*, o que significa *“primar o senso da responsabilidade, o espírito do sacrifício e do*

companheirismo, a prática da disciplina, no conjunto do desenvolvimento político-ideológico-moral e de habilidades técnicas e profissionais” (PIZETTA, 1993 em MST, 2007, p.89), fomentar o cuidado e a solidariedade, contra os vícios individualistas e egoístas impostos pela ideologia e que influem não só nas relações interpessoais, mas também se materializa em desvios dentro da própria organização. Para tal, como veremos, além dos espaços de formação, cumpre papel central a mística.

Compreensão sobre o processo de consciência de classe

A concepção inicial do MST sobre o processo de consciência de classe está presente em seu Caderno de Formação nº11 (MST, 1986). O texto, escrito por Clodomir de Moraes, é inspirado nas três etapas básicas da consciência (ingênua, crítica e organizativa) de Karl Kaustky. Em seu Caderno de Cooperação Agrícola nº11, o Movimento adaptou essa leitura à sua realidade e as definiu assim: a consciência ingênua, em que os indivíduos começam a sair da inércia, mas ainda naturalizam sua situação miserável, atribuindo suas causas a fatores subjetivos e abstratos, como por punição divina ou mesmo pela força do destino; a consciência crítica, quando o sujeito consegue identificar os fatores e a classe responsáveis pelos seus problemas para além dos indivíduos; e a consciência organizativa, quando as pessoas se inserem em estruturas orgânicas capazes de lutar pelos objetivos coletivamente (PRINCESWAL, 2007). Entretanto, mais adiante, o Movimento passou a compreender, pela sua própria experiência, que a “consciência organizativa” não garante de forma automática um avanço a uma consciência revolucionária e muito menos à uma emancipação. Ademais, como bem apontou Gasparin: *“a existência*

(formas de luta)” é que “*vai determinando o nível de consciência (formas de pensamento) social*” (2017, p.138).

Nesse sentido é que Roseli Caldart (2004) se refere a três dimensões da transformação do processo de consciência revolucionária que moldam a identidade de sujeitos Sem Terra e que se relacionam ao desmonte da percepção sobre a propriedade privada. O primeiro consiste na capacidade de contestar o direito à propriedade privada no modo de produção capitalista, o que ocorre pela ação direta e pelo conhecimento da legislação que impõe limites ao direito à propriedade da terra mesmo na ordem burguesa.

Para o MST não há conscientização, isto é, elevação do nível de consciência, sem ações práticas de transformação da realidade. O rompimento das cercas de um latifúndio é um processo de conscientização porque transforma o conhecimento da realidade militante em ação, ao mesmo tempo em que essa ação, ao criar uma nova realidade nos acampamentos e assentamentos, gera novos desafios de ação e reflexão e assim sucessivamente (PIZETTA, 2004 em MST, 2007, p.138). Essa situação é própria dos movimentos de massas como o MST, pois, diferente do que ocorre em partidos políticos – em que as pessoas se somam já por ter participado de algum tipo de luta organizada e por algum interesse político e não econômico – eles são a primeira escola de luta coletiva e organizada de muitas pessoas (BOGO, 2003 em MST, 2007, p.144). E essas pessoas, ainda que estejam participando de determinado processo de luta revolucionária, carregam toda influência de uma vida recebida dos diferentes aparelhos ideológicos.

Apesar disso, percebe-se que, como as leis foram escritas e feitas por e para os poderosos, a saída da inércia depende da compreensão de que só é possível mudar a sociedade com rebeldia, luta e organização. A organização aqui cumpre peça fundamental pois

é somente pela convivência social que se pode desenvolver a consciência social, o “*primeiro requisito da consciência*” (BOGO, 2000/2002 em MST, 2007, p.43). O isolamento e a rotina são verdadeiras ameaças ao conhecimento. As experiências de lutas espontâneas e isoladas, mesmo que coletivas, tendem rapidamente ao fracasso.

Seguindo o processo descrito por Caldart, adentram à segunda dimensão aqueles que passam a ter um sentimento de pertencimento à classe e da percepção da coletividade, isto é, de existência de objetivos em comum entre os indivíduos da organização em que estão inseridos. Rompe-se, aqui, o que Paulo Freire chamou de “cultura do silêncio”. Porém, “[...] *ao transformar – mesmo que de maneira incompleta – a realidade, abrem-se brechas para ir transformando o mundo da cultura criado pelos Sem Terra [...]*” (PIZETTA, 2004 em MST, 2007, p.136), mas que também pode se voltar contra ele caso prevaleça a maneira de pensar e de perceber o mundo impostos pela ideologia.

Por fim, chegam à terceira dimensão os que, após a vitória parcial (conquista da terra), começam a controlar sua vida, produzir seu próprio sustento e de sua família, dando um passo significativo em direção à emancipação. A prática cotidiana se impõe aqui como uma necessidade para o avanço da consciência de classe. Por mais estudo que se possa ter, o avanço da consciência de classe possui um limite que só pode ser atravessado pela experiência de construção de novas relações sociais e novas formas de propriedade, isto é, de uma nova cultura explicada anteriormente. Entretanto, para isso, é necessário superar e não reproduzir a noção de propriedade privada que foi contestada no início do processo. E esse é um grande desafio para o Movimento, uma vez que, esfriado o momento da euforia do processo de ocupação e acampamento, a tendência é a acomodação e

o apego à velha lógica. Os mecanismos da ideologia burguesa não descansam e por isso precisam ser permanentemente questionados. Basta perceber a força e a velocidade com que eles voltam após a conquista jurídica da propriedade da terra e a divisão de lotes nos assentamentos³.

Por isso, Adelar Pizetta ressalta que

mesmo que ocorra uma mudança na percepção dos sujeitos envolvidos no processo, que ocorra um *desvelamento* da realidade, ainda não se efetivou o processo de conscientização. Por que? Porque esse processo de conscientização não pode parar na etapa da compreensão da realidade. A conscientização se dá quando a prática do desvelar a realidade constitui uma unidade dinâmica e dialética com a prática de transformação da mesma. Vale aqui o ensinamento de José Martí: “*Conhecer é resolver*.” (2004 em MST, 2007, p.137-8)

A radicalidade e a denúncia sobre as estruturas de dominação precisam se perpetuar. A negação e a destruição da alienação é um passo grandioso, mas também insuficiente. “*É necessário ir forjando a realidade que liberta de forma gradativa as consciências e a realidade*”. Para tal, é necessário “*articular bem o trabalho de formação, os estudos, cursos, com o planejamento das ações que na sua execução, requer o envolvimento dos militantes e da base*.” (PIZETTA, 2004 em MST, 2007, p.138)

Ademar Bogo destaca ainda que mesmo os quadros do Movimento – sejam eles dirigentes ou não – precisam participar

³É importante destacar que ainda que o MST busque constituir formar coletivas de propriedade em seus assentamentos, muitas vezes essas propostas são boicotadas pelos órgãos de regularização fundiária que acabam repartindo as terras e concedendo títulos individualmente à revelia do Movimento e com apoio de boa parte das pessoas que imaginam estar ganhando maior segurança com o título da propriedade em seu nome.

constantemente desse processo. Para ele, a formação de quadros *“deve buscar, não apenas a mudança de conteúdos e conceitos na cabeça, mas fundamentalmente mudanças no comportamento, sem querer negar as raízes e a individualidade do militante”* (BOGO, 1993 em MST, 2007, p.58). Isso porque, ainda que os estudos possam conduzir a uma reflexão cada vez mais radical e revolucionária, a reprodução de comportamentos que refletem a ideologia tendem a prevalecer.

A mudança comportamental, entretanto, não se sustenta sem a formação política permanente. Para o MST, esta exerce papel fundamental para as passagens das sucessivas etapas superiores do processo de consciência e da sua consolidação. É ela que possibilita a percepção de que, através do desenvolvimento da capacidade de abstração, as necessidades econômicas se transformem em necessidades políticas. Por isso, além da ciência, a filosofia, as artes e a mística exercem papel central na formação política e na práxis do MST.

São a formação política e a capacidade de abstração que mostram que o problema da questão agrária não se resume a um político ruralista ou a um fazendeiro, mas a toda classe que eles representam. É por elas que se conhece a lógica e os mecanismos de exploração do capital sobre o trabalho e que cria as condições para barrar um possível recuo no processo de consciência. É através delas que as pessoas se apropriam do processo histórico que constituiu a estrutura fundiária brasileira, comprovando que toda propriedade privada tem origem na pilhagem. É nelas que são apresentados a legislação e os dados que explicam não só os direitos garantidos pelas leis burguesas mas que todo o direito pode e deve ser alterado pelos e para os trabalhadores. São elas também que mostram sua própria insuficiência de que as estruturas sociais, políticas e econômicas só podem mudar com mais luta concreta e organização da classe.

Por essas razões, a formação política no MST não age somente no pensar e no agir, mas também no sentir. Suas atividades (espontâneas e planejadas) buscam ir além dos aspectos da razão para encontrar aqueles relacionados também à emoção ou aos aspectos subjetivos. Para o Movimento, muitas vezes, o conhecimento só alcança a consciência quando perpassa pela emoção. Consciência é, não só conhecimento, mas também emoção, autoconsciência, imaginação e vontade.

Por isso Adelar Pizetta afirma que a *“evolução na formação da consciência”* seria medida pela *“indignação e pelos gestos de solidariedade que um grupo desenvolve. [...] pela postura política que adota diante dos desafios e complexidade do momento atual”*. Porque, mesmo que haja um alto grau de conhecimento crítico e de experiência de luta, *“é através destes gestos de carinho, de voluntariedade ativa que as pessoas saem da condição em que estão, para construir novas relações na sociedade”* (PIZETTA, 2004 em MST, 2007, p.139).

O processo de avanço da consciência de classe sob influência do MST não ocorre somente com os Sem Terra mas também com outras pessoas que vivenciam o cotidiano de uma ocupação, de um acampamento, de um assentamento ou mesmo de algum outro espaço em que o Movimento está presente. O rompimento com a imobilidade e o despertar para o início do processo de consciência pode começar pelas necessidades materiais mais imediatas, mas também por uma sensibilização ou formação inicial e que leva sujeitos a quererem conhecer experiências de uma nova cultura. Esse é o caso, por exemplo, dos intercâmbios com os movimentos estudantis e com estágios de vivências promovidos pelo MST e que recebem simpatizantes da luta pela terra em seus territórios. A força do MST no processo de consciência, tanto entre seus militantes como entre

simpatizantes e apoiadores, reside no fato de que ele se misturou ao movimento da história.

No entanto, todo processo pressupõe contradições. Se o processo de consciência fosse linear e se materializasse como imaginado, não haveria falhas nem retrocessos, que é o que a história tem mostrado. Há problemas em diferentes aspectos que podem levar a um sentido contrário do que foi imaginado, mesmo quando o processo metodológico é cuidadosamente pensado.

Essas contradições não resultam necessariamente de um desajuste entre o horizonte socialista e a forma de organização do MST ou de qualquer outro movimento social. As razões do abandono da luta, de desvios e de recuo no processo de consciência de indivíduos são inúmeras. Mesmo a *“falta de vitórias e conquistas”* pode *“levar a frustrações comprometedoras”* (BOGO, 2000/2002 em MST, 2007, p.44) aqueles que compreenderam teoricamente o papel histórico da classe trabalhadora. Apesar dessas contradições e oscilações, o processo de consciência avança de forma processual (ora com alguns recuos, ora com maior velocidade, ora com desaceleração), quando há condições materiais e quando a formação política cria e fortifica as condições subjetivas. E ele só poderá superar todas suas contradições e se generalizar em um contexto revolucionário (GASPARIN, 2017). Enquanto isso, o MST constrói seu caminho.

A formação de militantes

Pode-se dizer que a concepção e a expectativa do MST em relação ao perfil de seus militantes está baseada nas contribuições de Lenin e no desenvolvimento de suas ideias presentes em Gramsci, Mao Zedong e Che Guevara. Essas ideias estão bem desenvolvida em diversos textos circulados pelo Setor de Formação e escritos

especialmente por Ademar Bogo e Adelar Pizetta desde o início da década de 1990. Alguns desses textos foram compilados na *Coletânea de textos sobre a Formação no MST* (MST, 2007).

Também em uma cartilha de 2005 intitulada *A organicidade e o planejamento: construindo coletivamente*, apoiando-se na concepção gramsciana, o Movimento explica sua perspectiva de que as organizações são compostas por três níveis de militantes: a base (massa), que corresponde ao maior contingente de pessoas e que se orienta pela disciplina e fidelidade ao projeto político da organização; os dirigentes (vanguarda), que compreende um grupo menor que toma decisões, propõe iniciativas e é referência para a base; e os quadros, que são aqueles capazes de articular os dois tipos anteriores de forma física, moral e intelectual. Esse último é entendido pelo Movimento – como a coluna vertebral de uma organização, assim como para Che Guevara, como descrito nesse trecho do texto *O quadro, coluna vertebral da revolução* do revolucionário cubano, repetido e citado algumas vezes:

Um quadro é um indivíduo que alcançou o suficiente desenvolvimento político para poder interpretar as grandes diretivas emanadas do poder central, incorporá-las e transmiti-las como orientação às massas, percebendo, além disso, as manifestações que estas façam de seus desejos e suas motivações mais íntimas. É um indivíduo de disciplina ideológica e administrativa, que conhece a prática do centralismo democrático e sabe valorizar as contradições existentes no método para tirar o máximo proveito de suas múltiplas facetas; que sabe praticar, na produção, o princípio da discussão coletiva e decisão e responsabilidade únicas; cuja fidelidade está provada e cujo valor físico e moral desenvolveu-se na medida de seu desenvolvimento ideológico, de tal modo que está disposto a enfrentar, sempre, qualquer debate, e a responder com sua vida

pela boa marcha da revolução. Além disso, é um indivíduo com capacidade de análise própria, o que lhe permite tomar as decisões necessárias e praticar a iniciativa criadora de modo a não chocar com a disciplina. (GUEVARA em MST, 2007, p.12)

Para o MST, o quadro revolucionário deve, portanto, desenvolver as qualidades mencionadas por Lenin e ser, além de um propagandista e um agitador, um intelectual (no sentido de domínio de conhecimentos técnicos e teóricos e da capacidade de formulação teórica e estratégica) e um organizador das massas (PIZETTA, 2000 em MST, 2007, p.11).

O quadro precisa, ainda, ser também um formador/educador, e ter, além de uma capacitação teórica, uma capacidade pedagógica. Ele deve ter *“a capacidade e instrumentos para avaliar o momento real dos fatos e elaborar métodos que possibilitem o avanço do processo político organizativo do MST”* (PIZETTA, 2000 em MST, 2007, p.10). Por isso, a formação de quadros não pode se dar nem apenas no âmbito da luta prática, nem somente na formação teórico-científica. Para o MST, ela precisa se dar também pela experiência, pela cultura, pela disciplina, pelo exemplo, pela convivência, pelo sacrifício, pelo trabalho produtivo e pela avaliação e correção de desvios.

Antes de formar seus quadros, porém, o MST se ocupa de formar sua base, a fonte de fecundidade. Porém, a base é, por essência, heterogênea, uma vez que o Movimento possui abrangência nacional e, portanto, conta com uma grande diversidade cultural. Entretanto, esses sujeitos possuem elementos em comum, sobretudo pelo histórico dos processos de luta pelo qual passaram. As pessoas se aproximam do MST por diferentes razões e interesses, mas geralmente o fazem por uma questão material ligada à sobrevivência e à necessidade de ter um pedaço de terra para a reprodução de sua

existência. O avanço do processo de consciência é que pode adicionar a esse interesse puramente econômico e material o interesse político, criando militantes. Aqueles que permanecem nos interesses imediatistas, individualista e economicistas afasta-se da luta inevitavelmente.

A base é o nível de militância de maior volatilidade pois é composto por camponeses que precisam garantir sua própria reprodução material e de sua família, como os cuidados com os filhos, com a roça e com a criação de animais, o que muitas vezes impede a participação mais efetiva nas atividades do MST. Assim, ora possuem maior dedicação ao Movimento, ora estão mais afastados. A base costuma participar de marchas, formações, ações, reuniões, congressos e encontros, mas de forma mais esporádica, pontual e passiva, sem assumir compromissos que vão além de sua própria localidade. Ocorre que, a depender da conjuntura e das ações do Movimento, a base pode retrair ou expandir.

O estudo e a formação política permanentes são tarefas de toda a militância. Não só das bases, mas também de todos os dirigentes. Por isso Adelar Pizetta (2004 em MST, 2007), inspirado em Mao Zedong, escreveu que:

os militantes e dirigentes devem ir dominando o conhecimento científico, o método e teoria marxista, não dogmático mas, selecionando textos, indo à fonte e atualizá-los, pois, ser marxista é desenvolver o método de interpretação e transformação da realidade. É preciso compreender a história universal e do nosso país, para extrair dela ensinamentos, lições e, perceber a tendência do seu desenvolvimento futuro, sempre a partir das lutas de classes. É preciso compreender aquilo que os intelectuais de esquerda já pensaram e elaboraram sobre o Brasil, para tanto, é preciso estudar Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, Josué de Castro, Darci

Ribeiro, Milton Santos, Paulo Freire, etc. São importantes referências que devem ser retomadas desde o nosso contexto histórico, como forma de reinterpretar, desde um outro lugar, suas categorias, idéias, construções teóricas. Além disso, precisamos compreender a fundo os objetivos estratégicos da nossa organização, a sua forma organizativa, os métodos de formação e projeção de novos quadros, a sua história, seus dilemas e perspectivas. (p.133)

Todos os dirigentes devem estar estudando, fazendo algum curso de formação no Movimento. Além disso, é importante retomar o método do Estudo Dirigido como forma de exercitar o hábito do estudo, mesmo porque se ficar só com as leituras nos cursos é insuficiente. Segundo Mao Tsetung, ser dirigente requer duas grandes responsabilidades: *“formular idéias e utilizar os quadros. Traçar planos, tomar decisões, dar ordens, estabelecer diretivas etc., tudo isso entra na categoria de ‘formular idéias’.* Para pormos as idéias em prática, devemos unir os quadros e incitá-los à ação. A isso se chama *‘utilizar os quadros’*”. Para tanto é preciso estudar e ter no estudo uma obrigação revolucionária. (p.134)

Inspirado ainda na ideia de “militante profissional” de Lenin – isto é, pessoas que possam se dedicar com exclusividade à organização – o Movimento tem buscado transformar o máximo de militantes da sua base em quadros e possíveis dirigentes, ainda que essa passagem seja limitada. Isso porque tornar-se um quadro ou um dirigente pressupõe alguns requisitos que são considerados fundamentais pelo Movimento. Na mesma cartilha citada anteriormente, também inspirada em Mao Zedong, o MST define que, para além do compromisso com a luta, os quadros e os dirigentes de uma organização revolucionária, além de precisarem dominar o marxismo-leninismo, devem ser leais à organização, competentes em suas funções, doar-se de corpo e alma à luta de forma a se destituírem

de egoísmos, da arrogância, do individualismo e do sectarismo, e devem suprimir qualquer interesse individualista e ambição que não seja a vitória da sua classe (MARTINS, 2009).

Mais ainda, esses militantes devem pretender ser o gérmen do “homem novo” vislumbrado por Che Guevara, ainda que vivamos em uma sociedade capitalista e, portanto, cheia de contradições. Eles devem colocar sua individualidade à serviço da coletividade, ser solidários, voluntaristas e disciplinados, e não devem se apegar a cargos ou funções e nem se acomodarem em posições que possam oferecer-lhes algum tipo de privilégio. Isso não se aprende somente na luta, mas através de formação política. A formação para o MST busca construir *“uma ética revolucionária no comportamento dos militantes, baseada no amor à causa do povo, no companheirismo, disciplina, honestidade, responsabilidade, crítica e autocrítica, solidariedade, corrigir e eliminar vícios, dedicação à causa e à organização”* (BOGO, 2003, p.182).

Isso significa que o militante precisa lidar também com as diferentes emoções e *“não apenas de revolta como era no passado, mas no sentido de descobrir que um ser humano tem razão e coração interligados. As idéias não nascem nem sobrevivem sem os sentimentos”* (BOGO, 2005 em MST, 2007, p.118). Por isso a expressão de Che Guevara *“hay que endurecer sin perder la ternura jamás”* é tão importante ao MST. Por que as emoções devem ser a essência dos revolucionários, o elemento fundamental para o avanço da consciência e da criação da nova consciência, sem se perder a disciplina e a razão revelada pela reflexão científica sobre a prática social.

Os desafios do Movimento para a formação e o avanço no processo de consciência de sua militância se colocam de forma diferente para a base, quadros e dirigentes, porém em grandes dimensões para todos. Enquanto as dificuldades da formação da base

estão atreladas a menor dedicação ao Movimento em relação aos militantes profissionais a pela baixa escolarização e mesmo ao desinteresse, a formação de quadros e dirigentes enfrenta os desafios imposto pela própria exigência do Movimento em relação à figura de seu militante, já que é muito mais complexo do que simplesmente organizar cursos de capacitação e viabilizar a participação das pessoas.

Como já visto, para o MST, seus militantes devem dedicar sua vida à organização e irem além das suas tarefas práticas, tendo que se tornar intelectuais nos sentidos atribuídos por Lenin e Gramsci. Por isso, ela pressupõe a práxis, isto é, prática e reflexão permanentes e que devem ocorrer em diferentes espaços e momentos. Como esses militantes precisam cultivar o hábito da leitura e dominar técnicas de estudo (o que se consegue, geralmente, pelo aumento da escolaridade), além de dedicar tempo não só para as tarefas cotidianas, mas também de concentração para reflexão sobre sua prática de forma a conseguir assimilar os conhecimentos científicos adquiridos, contestar pontos de vista equivocados e praticar a escrita. Para isso, cumpre um papel fundamental a educação.

Se por um lado a base nos assentamentos tem diminuído nas últimas décadas – por conta do próprio processo de assentamento das famílias e da participação menos orgânica do Movimento no cotidiano do assentamento, diferente de como é no período da ocupação, e mesmo pela diminuição das ocupações – o MST tem ampliado seu esforço para sua militância ter acesso à educação formal, sob a ótica da educação do campo e do método da pedagogia da alternância, e ao trabalho de formação dos seus sujeitos desde a infância. Afinal, já são milhares de crianças nascidas nos assentamentos, mas que não passaram pelos processos de luta inicial para a conquista da terra. Os trabalhos de ciranda infantil e da educação do campo têm fomentado a identidade de Sem Terrinha,

que cria um sentimento de pertencimento entre as crianças e os jovens a essa luta que faz parte da vida da classe trabalhadora.

A concepção e o papel da educação

Desde o seu início, uma das principais lutas do MST, para além das ocupações de terra, foi a luta pelo direito de acesso à educação formal. Até as lutas do Movimento por educação se intensificarem na década de 1990, a escola vinha sendo negada e distanciada do campesinato e de seus filhos de forma sistemática. Mesmo com todas as limitações e reprodução da ideologia urbano-burguesa, a educação formal representa um avanço no processo de democratização do acesso a novos conhecimentos e à ciência. Por isso, a classe trabalhadora sempre lutou por ela e, na figura do MST, conseguiu importantes vitórias não só no que se refere à construção de escolas, mas principalmente na formulação teórica de um projeto de Educação do Campo⁴.

Isso porque, como bem ressaltou Ademar Bogo,

A escola por si só não pode resolver o problema da formação da consciência, se assim fosse os partidos comunistas que estão no poder, como é o caso de Cuba, não teriam a Escola do Partido e funcionaria em apenas com o sistema educacional; mas ela é um

⁴A Educação do Campo representa a síntese do acúmulo do MST e dos movimentos camponeses em relação a um projeto de educação para o campesinato enquanto classe. Nas palavras de Roseli Caldart: *“A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana.”* (CALDART *et al*, 2012, p.259)

instrumento que ajuda a organização a alcançar os objetivos formulados. Por tanto, é ela um meio para ajudar a realizar tudo o que a organização pensa e faz.

Ela deve ser o suporte e parte integrante na formação da consciência na sua forma política, por isso é que a vida e obra de José Martí, e Ernesto Che Guevara, heróis nacionais de Cuba, são estudados no ensino fundamental e médio naquele país. Assim como economia política e principalmente o que é o imperialismo norte americano. Isto favorece imensamente quando parte destes estudantes, entram para a Escola do Partido. (2003 em MST, 2007, p.145)

A educação, portanto, possuiu um papel central no processo de formação e avanço da consciência da militância. Mas claro, não qualquer educação que simplesmente reproduza a ideologia que aliena ainda mais, mas uma educação libertadora e popular, a qual se referiram José Martí e Paulo Freire, e sob uma perspectiva omnilateral, segundo a visão de Karl Marx, que instrua e desenvolva a capacidade de abstração e elaboração crítica. Para o MST, portanto, o conceito de educação deve extrapolar o espaço físico da escola, ainda que este seja o espaço de sua presença por definição e, por isso, seus setores de educação e de formação possuem muitas interfaces.

Em seu Caderno de Educação nº8, publicado em 1996, o MST definiu os princípios filosóficos e pedagógicas de sua educação. A educação para a transformação social define o propósito e a compreensão do seu papel. Isso significa que a educação precisa ser classista, massiva e organicamente vinculada ao Movimento, deve expandir os horizontes dos educandos e prepará-los para serem ativos e não passivos em relação às transformações sociais.

Para o Movimento, a educação precisa ser também voltada às diferentes dimensões humanas para além do trabalho. Por isso, a formação omnilateral para o MST deve abordar, além do aspecto

técnico-profissional, também o político-ideológica, o organizativo, o moral, o afetivo, o religioso e o cultural. Assim, enquanto a educação unilateral busca apenas adequar os trabalhadores às necessidades da acumulação de capital, a formação omnilateral busca superar as forças alienantes, reconectando o trabalho manual ao intelectual. Somente ao abordar essa perspectiva das múltiplas determinações do ser humano é que a educação pode se tornar um processo permanente de transformação em direção à emancipação.

Essa educação, para ser transformadora e libertadora, não deve reproduzir a moral burguesa, que oprime e aliena a classe trabalhadora, mas sim adotar e cultivar valores humanistas e socialistas, mesmo não estando ainda em um processo de transformação radical das bases sociais. Somente assim ela será capaz de contribuir para a construção de homens e mulheres novos.

Esses princípios filosóficos norteiam os princípios metodológicos, que constituem a base da prática pedagógica. O primeiro desses princípios pedagógicos é o da relação inseparável entre teoria e prática, sem uma separação rígida que reserva o espaço da escola à teoria e o da vida cotidiana à prática. Para o MST, a prática social precisa ser o ponto de partida e de chegada, perpassada pela teoria e pela construção de conhecimento. Esse movimento pode e deve ocorrer dentro e fora da escola, em um fluxo incessante “prática-teoria-prática...”, em que se parte de problemas concretos e reais, busca-se conhecimento sistematizado e se reflete para propor soluções e novas práticas. Essas soluções, por sua vez, devem estar pautadas pelo rigor dos critérios da pesquisa científica, mas sem reproduzir a ciência burguesa tipicamente positivista. Ela deve constituir uma ciência revolucionária, que se aproprie e crie conteúdos socialmente úteis à classe trabalhadora.

Para o MST, a ideia de que a realidade deve ser a base para a produção de conhecimento (teoria) e de novas práticas não significa que somente o cotidiano de vida e os problemas imediatos dos indivíduos devem ser levados em consideração. Essa “realidade” se refere às questões da vida material e concreta da classe trabalhadora e não a situações imaginadas ou idealizadas, típicas da criação de modelos e própria das abstrações alienantes do ensino pró-capital.

Pensar uma educação para a classe trabalhadora impõe a necessidade de que conteúdos e métodos da educação devam ser para e pelo trabalho, sob a perspectiva de que o trabalho precisa se libertar do capital e ser, novamente, um instrumento de libertação e realização e não de mais alienação. A educação, através da produção e da difusão de conhecimento, deve contribuir para a criação e a recriação de formas de trabalho desalienantes. Também o trabalho não deve ser somente material de estudo, mas fundamentalmente prática.

Os conteúdos abordados precisam garantir vínculos orgânicos entre processos educativos e processos políticos, econômicos e culturais. Isto é, devem incentivar, inevitavelmente, os estudantes a se organizarem e lutarem pelos seus direitos através da apropriação sobre os mecanismos políticos e econômicos do Estado e do mercado de exploração do capital sobre o trabalho. A educação precisa valorização a cultura popular e propor sua recriação.

A democracia é também um princípio educativo fundamental para o MST. Não a democracia formal burguesa e que mal funciona. Essa não serve aos objetivos do Movimento e nem à classe trabalhadora. A gestão, as decisões e as responsabilidades precisam ser coletivas também no espaço escolar. Isso porque a reprodução da hierarquia na escola reforça a hierarquia do capital sobre o trabalho. A descentralização do poder prescinde de espaços coletivos de decisão, com paridade entre todos envolvidos, educandos e educadores, como

ocorre nas assembleias. Entretanto, a gestão democrática no ambiente escolar não pode existir sem que haja também tempo e espaço para a auto-organização dos estudantes. Isso porque uma relação que se inicia hierarquizada só pode ser alterada com a organização e o fortalecimento daqueles que iniciam essa relação em posição de menor poder.

Por fim, o princípio de que não só o educando é que aprende, mas também o educador, é peça chave para a compreensão sobre o processo educacional do MST. Por isso, a formação permanente dos educadores e a autocrítica também são questões centrais nos espaços educativos do Movimento. A prática desses princípios, tanto filosóficos como pedagógicos, deve ocorrer na escola. Entretanto, como veremos, ela também ocorre em diferentes momentos e espaços.

A Pedagogia do Movimento Sem Terra

O MST possui uma práxis formativa própria que vem se constituindo desde a sua fundação e que foi chamada de Pedagogia do Movimento Sem Terra. Trata-se de uma práxis que combina as pedagogias da luta social, da terra e histórica, que fluem da própria existência do Movimento, mas também de sua organização e disposição pedagógica (CALDART, 2003). É graças a essa pedagogia que, segundo Roseli Caldart, se constitui a identidade do sujeito social Sem Terra, que não é o campesinato clássico europeu, nem são os povos tradicionais e originários, mas a sua combinação, marcada pela espoliação sumária e sistemática. Ela busca transformar sujeitos marginalizados pelo modo de produção capitalista em lutadores e seres que se reumanizam. Para Caldart, esses sujeitos totalmente desacreditados, quando levados à luta coletiva – inicialmente por terra, e depois pela produção, por saúde, educação, cultura e

dignidade – passam a se entender como sujeitos de direito, o que os devolve parte de sua humanidade roubada pelo processo de marginalização e alienação. Nas palavras da própria Roseli, “*os Sem Terra se educam, quer dizer, se humanizam e se formam como sujeitos sociais no próprio movimento da luta que diretamente desencadeiam*” (2001, p.213).

O que torna a Pedagogia do Movimento um exemplo histórico a ser compreendido é que, diferente de outros movimentos de luta pela terra, ela vem conseguindo produzir “*sujeitos sociais, identidades políticas e culturais que fossem elos de um processo histórico mais amplo*” (CALDART, 2001, p.216). Outros movimentos históricos trilharam esse caminho, mas foram duramente perseguidos e dizimados. Para Caldart, o MST foi além porque conseguiu criar um novo sujeito social. E, mais ainda, soube potencializar a esperança e a visualização da possibilidade real de mudança, já que esse é “*o principal traço da humanidade: a possibilidade de fazer-se e refazer-se a si próprio, enquanto contesta a ordem estabelecida, problematiza e propõe valores, transforma a realidade e se produz como sujeito da história*” (2001, p.214)⁵.

O MST avançou nesse sentido porque foi capaz de criar e consolidar novos parâmetros de vida em sociedade em seu processo de luta e, por isso, tem aberto possibilidades de novos ciclos de luta social. Assim, à medida que produz sujeitos capazes de operar mudanças sociais para além dos movimentos espontaneístas ou da própria contradição do modo de produção, suas lutas têm produzido transformações históricas próprias, alimentado a esperança de ampliação de mudanças.

⁵Essa questão é cara aos movimentos mais tradicionalistas, que entendem que a luta precisa se dar no campo da pura racionalidade. Esses podem até entender muito do socialismo científico, mas sabem pouco sobre luta de massas.

A sua ideia da pedagogia da luta é semelhante a de “escola da vida” a qual se referiu Rosa Luxemburgo (2009[1918], p.114). É a luta cotidiana que fornece o combustível para novos saltos de consciência, independente do estágio em que os militantes se encontram, seja de um membro da base em contato inicial com o Movimento, seja um dirigente do mais alto nível na sua estrutura interna. O princípio básico é de que a própria luta educa. Entretanto, as suas lições ainda são insuficientes para novos avanços no processo de consciência e, portanto, de envolvimento com a luta e de construção de uma nova cultura. Por isso a Pedagogia do Movimento vai além, assim como almejava e praticava Rosa em seu esforço em relação à formação política tradicional⁶.

O primeiro momento – que ocorre na ocupação da terra – se desmembra em outros já consolidados pelo MST, como a mística, o trabalho coletivo (desde os mutirões/puxirões até a formação de associações e cooperativas), o ativismo político, a solidariedade de classe (mobilizações, marchas, greves, doação de alimentos etc.) e em processos educativos formais e institucionalizados. Esses últimos, que não desmembram diretamente da luta de forma espontânea como os outros, são os responsáveis pela conexão da luta cotidiana aos aspectos mais gerais, capazes de sedimentar os estágios de avanço do processo de consciência. Ainda que a Pedagogia do Movimento não caiba em uma “escola”, ela precisa fazer parte desse processo. Mas claro, não qualquer escola. Ela precisa ser um espaço de formação da classe para a classe, de constituição do sujeito Sem Terra, sejam eles idosos, adultos, jovens ou crianças.

A ocupação de terra é a primeira e mais importante “escola de formação” do MST. Isso porque ela talvez seja a experiência mais rica

⁶Ver a dissertação de Joshua Wavrant (2018)

em significados socioculturais (CALDART, 2004, p.167). Além de ser um processo de aprendizagem para os militantes mais experientes do Movimento – já que exige *“planejamento, divisão de tarefas, disciplina, análise do comportamento do inimigo, táticas de enfrentá-lo, análise da conjuntura, da estrutura fundiária”* (GASPARIN, 2017, p.84) –, ela costuma ser a primeira grande experiência daqueles que se tornam a sua base e que podem se tornar futuros militantes. A identidade Sem Terra começa a se formar nesse momento, nas primeiras ações da luta pela terra e nas outras lutas sociais que também foram integrando a agenda do MST ao longo de seu amadurecimento.

Para essa base em formação, a ocupação tem muita força pois coloca em questão a contestação da propriedade privada. É durante a ocupação que se aprende a diferença entre ocupar e invadir: enquanto invadir representa entrar em um lugar preenchido, já ocupado por alguém, o ocupar aqui possui o sentido de preencher um espaço vazio. Mas não só um vazio literal, típico, por exemplo, das pastagens, mas também em um sentido amplo, quando aquele é um espaço vazio de significados, seja perante a lei ou pela própria consciência coletiva.

A ocupação, geralmente, quando não sofre despejo imediato, começa a gerar uma sensação de vitória e de que os problemas estão se resolvendo. Entretanto, esse é um falso sentimento, já que os problemas podem estar apenas começando. Ainda faltam etapas para a segurança jurídica e, mesmo com ela, aquele território contestador estará sempre ameaçada pelo Estado burguês. Mesmo que isso seja explicado exhaustivamente pelas lideranças na formação pré-ocupação, durante a ocupação e até mesmo no acampamento, essa lição só é aprendida de fato na prática das lutas cotidianas.

Quando bem sucedida, a ocupação é seguida pelo acampamento. O acampamento possui um triplo objetivo: manter a base social mobilizada contra um possível despejo; sensibilizar a

opinião pública; e fazer pressão política sobre as autoridades responsáveis pela regularização fundiária. Por isso ele é um espaço amplo de formação. O acampamento, por menos tempo que possa durar, se torna um grande espaço de socialização, já que os sujeitos envolvidos passam a viver coletivamente e a depender diretamente um do outro. É um espaço que ensina e resgata os sentimentos de solidariedade, acolhimento e de coletividade – que, muitas vezes, estavam adormecidos, sobretudo naqueles mais próximo da vida camponesa – que diminuem o sentimento de medo de quando se está só.

A tendência à individualização ainda no período do acampamento é combatida com o trabalho coletivo que foi arrancado do modo de vida camponês – pautado pela comunitarismo e pela organização familiar – pela lógica individualista e pelo imaginário do *farmer*, do “agricultor familiar” ou do “pequeno produtor”. A percepção de que a grande maioria não conseguirá seguir na luta sem o trabalho coletivo, das menores tarefas como o mutirão/puxirão para o plantio até as mais complexas como de criação formal de uma cooperativa agroindustrial, é uma lição que se aprende desde a ocupação, mas que se reafirma com o andamento da luta. Essa ideia, que pode florescer de forma instintiva desde o processo de ocupação, é reforçada pelos espaços de formação e de capacitação, já que a ofensiva de ideologia burguesa é muito forte tanto na esfera subjetiva como no campo material (como, por exemplo, pela restrição do acesso ao crédito ou a mercados), de forma a insistir para que ninguém abandone essa construção diante das primeiras dificuldades.

Entretanto, vale lembrar que esse também não é um processo linear, harmônico e inevitável. Nas ocupações e nos acampamentos existem muitos conflitos. Afinal, as pessoas envolvidas geralmente vivem em condições miseráveis e são brutalmente separadas do

convívio comunitário ao longo de suas vidas e às vezes por gerações. Por isso, essa sociabilidade inicial é bastante fragilizada, marcada por muita hierarquia, por casos de difamação, de assédios, de violência psicológica e física, por ideias conservadoras, machistas e preconceituosas, que representam a força do senso comum da ideologia burguesa.

Nem mesmo os assentamentos, que são a sequência lógica do êxito do acampamento, garantem um avanço positivo das relações sociais. Isso porque, como afirma Hernández,

No assentamento, existe um certo recolhimento na participação política devido à necessidade de cuidar da produção, da estruturação da unidade de produção, à dispersão geográfica das famílias, e inclusive pela efetivação da conquista da terra, dentre outros fatores. As práticas organizativas continuam, mas com menor força, a intensidade da mobilização diminui, as reuniões são mais distanciadas. Na fase de assentamento, uma nova estrutura organizativa é construída e novas bandeiras de luta são encampadas como o crédito, a escola, a implantação de estradas, a assistência técnica, etc. (2022, p.434)

Também nem toda luta ajuda ao avanço do processo de consciência de forma automática. Sobretudo quando há sucessivas derrotas – que são mais comuns do que as vitórias – que podem levar ao sentimento da descrença e da submissão.

Por outro lado, o despertar para a luta pode não partir diretamente dela, mas por sensibilização ou uma formação crítica anterior que questione o senso comum. Costuma-se dizer que a aproximação da luta popular se dá pelo estômago, pelo coração ou pela mente. Na prática, de forma geral, ela se dá pela combinação de pelo menos dois desses fatores. Não aprendem e se formam apenas

aqueles que participam e vivenciam uma ocupação, mas também quem conhece a luta do Movimento, seja por estudarem ou por fazerem uma visita ou uma vivência nos territórios Sem Terra. Mas claro, isso ocorre com pessoas predispostas e que já possuem um certo grau de sensibilização e de compreensão da importância dessa luta e de suas contradições. Caso contrário, uma visita a um território Sem Terra pode facilitar também a impressão a desavisados ou mal-intencionados de que ele é apenas a reprodução da pobreza e de conflitos. As pessoas que buscam conhecer os espaços e as experiências do Movimento, sabendo já das contradições existentes, são capazes de compreender e refletir sobre a existência e as possibilidades de se viver e conviver de uma forma diferente daquela imposta pelo padrão burguês, urbano e industrial. Essa é uma lição muito importante para quem não participa de toda a “escola” do Movimento.

Outro momento marcante na Pedagogia do Movimento é a mística. Ela é o instante em que se trabalham as questões subjetivas sobre a luta pela terra para além da racionalidade. Nascida no simbolismo religioso herdado da Igreja Católica, a mística ganhou contornos próprios no MST ao trabalhar a memória, a cultura, os símbolos, os sonhos e os sentimentos da luta popular, utilizando músicas, poemas, bandeiras, imagens, alimentos, atividades de interação e outros elementos que aguçam os sentidos e a imaginação. Ela pode nascer de forma espontânea, mas, geralmente, é organizada e planejada como um momento de formação para dar início ou encerrar alguma atividade.

O ativismo social também é um elemento fundamental do processo de formação para o MST. É nas marchas, atos e manifestações que se conversa com a “companheirada”, que aflora o sentimento de pertencimento a um grupo e a solidariedade no caminho trilhado, se enfrenta o poder repressor do Estado, se é

estimulado a refletir o porquê se marcha e se manifesta. É na doação de alimentos que o doador também se alimenta de solidariedade, de empatia e mostra aos que hoje passam por mais dificuldades que a luta é uma saída possível e necessária. É na participação de outras lutas da classe trabalhadora que se promovem novas reflexões e ações.

Em síntese, a práxis do MST que forma seus militantes, ainda que defina a razão de existir do Movimento, não é espontânea e nem automática. A forma como a luta se dá faz florescer as possibilidades de formação que foram e são apropriadas pelo Movimento para se tornarem sua práxis, uma pedagogia própria, seu próprio método de formação que transborda para além de seus militantes. As contradições sociais, econômicas e políticas são vivenciadas na prática da luta e a compreensão da luta de classes e das diferentes formas de exploração econômica vão sendo percebidas e trabalhadas constantemente. O êxito desse processo formativo tem se dado pela capacidade de o Movimento compreender sua base, suas necessidades e seu papel histórico que, através de reflexão, de teoria e de planejamento, tem conseguido garantir o processo de formação de seus militantes.

Considerações Finais

Não foi por acaso que o MST se tornou uma das maiores referências na luta socialista na América Latina e em todo o mundo. Além de enfrentar o extrato mais poderoso, violento e longo da classe dominante brasileira, nas suas quase quatro décadas de existência ele garantiu o acesso à terra para cerca de trezentos e cinquenta mil famílias, a implantação de quase cem agroindústrias, a construção de cerca de duas mil escolas públicas em acampamentos e assentamentos, e promoveu a alfabetização de mais de cinquenta mil

adultos (HERNÁNDEZ, 2022). Além disso, contribuiu e contribui para toda a classe trabalhadora e para o avanço de seu processo de consciência.

Desde muito cedo o MST dedicou especial atenção à formação política tanto de sua base como de seus militantes e, inclusive, de seus dirigentes (o que raramente fazem as organizações socialistas). Mais do que isso, o processo de formação política sempre foi um princípio, como uma cláusula pétrea, um elemento constitutivo do MST. Pode-se dizer que o Movimento foi forjado na tríade: organização, formação política e luta. Adelar Pizetta explica que *“a preocupação em formar lideranças, militantes e dirigentes sempre esteve presente na vida do MST, desde a sua criação. Já na origem estava a ideia de construir um movimento autônomo e independente política e ideologicamente”* (2006 em MST, 2007, p.162-3).

Talvez essa seja a razão da sua sólida longevidade que, mesmo diante de condições objetivas oscilantes – entre a violência estatal e paramilitar e o melhorismo dos governos petistas – segue sendo a grande referência de organização para todos os movimentos sociais da classe trabalhadora. Arrisco ainda dizer que essa é a maior contribuição do MST para o processo histórico de libertação da classe trabalhadora.

Para o MST, a formação política e técnica sempre teve o papel claro de fortalecer sua organicidade e sua estratégia. Não por acaso, desde seu nascimento foram criados uma série de espaços e escolas de formação política, que acabaram sendo sintetizados em 2005 na inauguração da Escola Nacional Florestan Fernandes, como o projeto de educação do Movimento de superação da lógica do capital, isto é, contra e para além dele.

Referências Bibliográficas

BOGO, Ademar. Arquitetos de sonhos. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CALDART, Roseli Salete. Movimento Sem Terra: Lições da Pedagogia. In: Revista eletrônica Currículo Sem Fronteiras, v.3, n.1, p.50-59, Jan/Jun 2003. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/roseli1.pdf>. Acesso em: 05/04/2022.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. Em Estudos Avançados 15 (43), 2001.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem terra. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GASPARIN, Geraldo José. A formação política como necessidade da classe trabalhadora: a experiência do MST. Dissertação de Mestrado. Unesp, Guararema, 2017.

HERNÁNDEZ, Marisela García. A prática contra hegemônica do MST e a produção social do espaço. Em RIZEK, C. S.; ALMEIDA, L. (org.). Movimentos Sociais na Cidade e no Campo Olhares e Questões Contemporâneas. São Paulo: Alameda, 2022.

LUXEMBURGO, Rosa. Textos escolhidos. Isabel Loureiro (org.). Tradução e organização: Isabel Loureiro. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARTINS, Suely Aparecida. A formação política da juventude do movimento sem terra no estado do Paraná. Tese de Doutorado, UFSC, 2009.

MST. Caderno de Formação nº11 – Elementos sobre a teoria da organização do campo. São Paulo, 1986.

MST. Coletânea de textos sobre a Formação no MST, 2007.

PIZETTA, Adelar João. A Formação de Quadros Políticos: elaboração teórica, experiências e atualidade. 2010. Disponível em: <http://base.d-p-h.info/en/fiches/dph/fiche-dph-8233.html>. Acesso em: 12/03/2022.

PIZETTA, Adelar João. A formação política no MST: um processo em construção. In OSAL (Buenos Aires: CLACSO), Ano VIII, Nº22, 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/EMS22Pizetta.pdf>

PRINCESWAL, Marcelo. MST e a proposta de formação humana da Escola Nacional Florestan Fernandes: uma síntese histórica. Dissertação de Mestrado, UERJ/FE, 2007.

WAVRANT, Joshua. Rosa Luxemburg et l'éducation: entre a «école de la vie» et École du parti, 1898-1918. Dissertação de Mestrado em história contemporânea, Universidade de Reims Champagne-Ardenne, França, 2018.

